

## OS CAIÇARAS E A LUTA PELO TERRITÓRIO: REFLEXÕES SOBRE TERRITORIALIDADES EM CONFLITO NA PRAIA DO SONO, PARATY/RJ

**João Rua<sup>1</sup>**

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)  
Rio de Janeiro, RJ, Brasil



**Raíssa de Souza Marinho<sup>2</sup>**

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)  
Rio de Janeiro, RJ, Brasil



Enviado em 29 abr. 2024 | Aceito em 26 maio 2024

**Resumo:** O presente artigo busca evidenciar, apoiado em alguns conceitos fundamentais da Geografia, conflitos entre distintos interesses que se sobrepõem numa mesma localidade, conformando intensos choques entre as territorialidades do capital e aquelas vividas pelos moradores da Praia do Sono, uma comunidade caiçara localizada no município de Paraty, no estado do Rio de Janeiro. Destacam-se as transformações ocorridas na dinâmica local a partir do estabelecimento de elementos externos na comunidade que, desafiando e complexificando o cotidiano comunitário, desdobram-se em multiterritorialidades nas quais o “novo” do capital coexiste com o “novo” da resistência.

**Palavras chave:** Caiçara; Conflitos; Territorialidades

### CAIÇARAS AND THE STRUGGLE FOR TERRITORY: REFLECTIONS ON CONFLICTING TERRITORIALITIES IN PRAIA DO SONO, PARATY/RJ

**Abstract:** This article seeks to highlight, based on some fundamental concepts of Geography, conflicts between different interests that overlap in the same location, forming intense clashes between the territorialities of capital and those experienced by the residents of Praia do Sono, a caiçara community located in the municipality of Paraty, in the state of Rio de Janeiro. We highlight the transformations that occurred in local dynamics following the establishment of external elements in the community, which, challenging and complexifying everyday community life, unfold into multiterritorialities in which the “new” of capital coexists with the “new” of resistance.

**Keywords:** Caiçara; Conflicts; Territorialities

### CAIÇARAS Y LA LUCHA POR EL TERRITORIO: REFLEXIONES SOBRE TERRITORIALIDADES EN CONFLICTO EN PRAIA DO SONO, PARATY/RJ

**Resumen:** Este artículo busca resaltar, a partir de algunos conceptos fundamentales de la Geografía, los conflictos entre diferentes intereses que se superponen en un mismo lugar, formando intensos enfrentamientos entre las territorialidades del capital y las vividas por los habitantes de Praia do Sono, comunidad caiçara. ubicado en el municipio de Paraty, en el estado de Rio de Janeiro. Destacamos las transformaciones ocurridas en las dinámicas locales a partir del establecimiento de elementos externos en la comunidad, que, desafiando y complejizando la vida comunitaria cotidiana, se despliegan en multiterritorialidades en las que lo “nuevo” del capital coexiste con lo “nuevo” de la resistencia.

**Palabras clave:** Caiçara; Conflitos; Territorialidades

1. Doutor em Geografia Humana, professor do Programa de Pós Graduação em Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E-mail: joaorua@uol.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3907-8759>

2. Mestre em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E-mail: raissamarinhogeo@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-1624-8149>

## Introdução

Paraty é um município do Rio de Janeiro que faz limite com o estado de São Paulo (ver mapa 1). Compõe a região de governo denominada Costa Verde e está inserido no contexto maior das transformações territoriais associadas à reprodução capitalista no sul do estado do Rio de Janeiro, ocorridas na segunda metade do século XX, principalmente a partir da abertura da BR-101 em seu trecho Rio-Santos.

Localizado entre a serra e o mar, com exuberante Mata Atlântica, repleto de fontes de água límpida, multiplicidade de espécies de fauna e flora, com farta riqueza cultural, é lar de diversas comunidades tradicionais indígenas, caiçaras e quilombolas. Ao longo das últimas cinco décadas, Paraty tem sido um dos principais focos da reprodução capitalista do espaço no estado do Rio de Janeiro, com a territorialização de projetos de importância em escala nacional e de grandes empreendimentos voltados para o setor imobiliário, turístico e de veraneio, além dos setores industriais e petrolífero (os quais não abordaremos neste momento).

Mapa 1 - localização do estado do Rio de Janeiro, do município de Paraty e da Península de Juatinga



Fonte: De Souza e Loureiro (2015).

Esse processo de expansão se dá apoiado na criação imagética de uma “Costa Verde” vazia e disponível para ser explorada. Ou seja, se dá através do apagamento da existência e da trajetória dos grupos “tradicionais” que historicamente habitam a região. Dentre estes destacamos os denominados caiçaras, por se constituírem num grupo bastante variado e que ocupa larga faixa do litoral sudeste-sul do Brasil. Inseridas nesse contexto de expansão de uma modernidade que se impõe sobre o espaço, as populações caiçaras vêm tendo seu modo de vida transformado, em meio a uma série de desterritorializações e conflitos relacionados ao uso do território.

Percebe-se com isso duas formas básicas de territorialização. A primeira dos povos caiçaras, na qual a dimensão simbólico-afetiva no território se expressa mais fortemente do que a dimensão funcional e a segunda, a territorialização do capital a qual, ao se tornar hegemônica, impõe outras maneiras de ver, pensar e agir sobre as populações locais. Esse contexto gera uma série de conflitos que se expressam também como distintas formas de resistência da população local, originando movimentos sociais com um certo caráter autonomista, como por exemplo o Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra, Paraty e Ubatuba, que propõe formas estáveis de permanência no território.

Uma localidade que serve de exemplo de todo esse processo de conflitos entre formas de vida comunitárias e aquelas pautadas na modernização produtivista e utilitarista do espaço (formas

capitalistas de produção) é a Praia do Sono. É claro que as relações sociais da Praia do Sono se encontram inseridas no capitalismo, no entanto, com fortes resquícios da lógica comunitária, formando uma produção do espaço própria a partir da mesclagem contínua dessas duas dimensões e formas de organização.

O artigo tem como objetivo analisar algumas maneiras de como os caiçaras da Praia do Sono têm seus cotidianos alterados através de distintos projetos de territorialização, ocorridos nas últimas cinco décadas, principalmente a partir de elementos externos ao local, conformando alguns conflitos entre territorialidades contrastantes que se evidenciam na Praia do Sono. Torna-se importante, portanto, compreendermos como são definidos os sujeitos caiçaras, assim como os elementos contemporâneos que caracterizam e tensionam sua cotidianidade.

Os caiçaras, embora sempre tenham recebido uma série de influências externas em sua dinâmica local, foram por muito tempo entendidos enquanto sujeitos ligados a um modo específico de vida, pautado em sua íntima relação com o lugar em que habitam, com conhecimentos passados de geração a geração, através da oralidade, a respeito da vida na terra e no mar. Técnicas de agricultura, conhecimentos sobre diferentes espécies de animais e plantas medicinais, os antigos caminhos de caça e da roça, o mar e suas relações com os ciclos da Lua, as influências dos astros e das estações sobre o calendário pesqueiro, o conhecimento sobre o tempo “só de olhar para o céu”, sobre o mar “só de olhar para as ondas”, o saber fazer compartilhado das casas, das estruturas de pau-a-pique - ou o chamado “barreado” -, da confecção de diversos artesanatos para uso cotidiano, do plantio do aipim, da construção da casa de farinha até seu feitiço, da cesta à canoa caiçara, realizada em mutirão, dentro da mata - da mata para o mar.

Todo esse compilado de conhecimentos acumulados de geração em geração através da oralidade e da sociabilidade comunitária, ao longo de décadas definiu um modo de vida que se manteve com certa homogeneidade entre as comunidades. No entanto, hoje, essas definições não bastam mais. Estão limitadas. Ainda que muitos dos aspectos mencionados acima continuem fazendo parte do cotidiano caiçara, não são suficientes para abarcar o conjunto de complexidades no qual esses sujeitos estão atualmente inseridos.

Em Paraty, o embate entre as diferentes formas de produção da vida é percebido na medida em que o espaço é reconfigurado a partir dos interesses privados, gerando uma série de conflitos assimétricos travados por diferentes formas de produzir espaço e recriar diversas formas de territorialização. A rodovia, entendida aqui como um marco definitivo para as dinâmicas sociais da região, aparece enquanto um elemento que possibilita e evidencia, a partir de sua criação, a reprodução ampliada do capital em suas múltiplas escalas. A partir daí, há abertura para a reprodução do capital privado imobiliário, com episódios de grilagem de terras, conflitos com grandes empreendimentos de veraneio, tensões com unidades de conservação e rápida expansão das atividades turísticas nas comunidades caiçaras.

### Alimentando a reflexão empírica a partir de alguns caminhos teóricos

Ao refletirmos sobre a trajetória da comunidade caiçara da Praia do Sono, operamos o pensamento em múltiplas escalas. De forma mais geral e ampla, pensamos na expansão da reprodução capitalista do espaço no sul fluminense e, mais particularmente, em Paraty. Ao adentrarmos no espaço da Praia do Sono e no modo de construção das relações de sociabilidade, com suas particularidades enquanto população que se auto reconhece enquanto tradicional, adentramos numa arena que é melhor compreendida a partir da ideia de território, entendendo, portanto, os eventos que chegam e atravessam a comunidade como territorialidades externas, que se mesclam com a territorialidade local.

Pensamos o território ao modo como sugere Haesbaert, reconhecendo suas modalidades enquanto categoria da prática, categoria normativa e categoria de análise (Haesbaert, 2014). Enquanto categoria da prática, refere-se à forma como o território tem adquirido uma dimensão própria a partir de seu acionamento pelos movimentos sociais e grupos subalternizados, como temos acompanhado na Praia do Sono e em outras áreas da península da Juatinga, remetendo à dimensão do vivido, ao “direito ao território”, à luta por “terra e território”, revelando a dimensão simbólica da compreensão sobre o território, que alimenta a articulação prática em defesa da permanência no mesmo.

Ainda segundo o mesmo autor, enquanto categoria normativa, o território é pensado a partir da perspectiva do ordenamento territorial, frequentemente utilizado pelo Estado em sua atribuição de direcionar a organização do espaço em sua multidimensionalidade. Como, por exemplo, direcionar áreas para a construção de condomínios, promover a remoção de comunidades em função de grandes eventos e a própria criação de territórios indígenas, quilombolas e unidades de conservação.

Enquanto categoria de análise, o território é acionado através da perspectiva acadêmica, como um conceito que é proposto no sentido de analisar o espaço enfatizando as diferentes relações de poder, buscando abarcar a multiplicidade de sujeitos e intencionalidades que nele se manifestam.

A ideia de territorialidade, por sua vez, busca dar conta da incorporação entre as relações políticas, econômicas e culturais, ligada “ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como dão significado ao lugar” (Sack, 1986, apud Haesbaert, 2007) revelando um instrumento de análise que se debruça sobre a dimensão simbólica.

Por territorialização, remetemos aos movimentos de diferentes atores, que muitas vezes se chocam, ao integrarem o processo de construção do território. O choque se dá por manifestarem diferentes intencionalidades em sua territorialização, que entram em conflito, como percebemos na Praia do Sono. Haesbaert (2014) nos apresenta alguns exemplos das principais finalidades que pautam, geralmente, as territorializações: como forma de demandar a identificação de grupos sociais, como forma de acesso a recursos materiais, para a reprodução do capital ou como forma de disciplinarização e controle da circulação.

Optamos pela utilização do termo conflito para as diversas manifestações de choque entre as múltiplas territorialidades hegemônicas e resistentes. Apoiamos nossa escolha em Faro (2021), que, baseada em Ramos e Acselrad, também caracteriza como conflitos as manifestações observadas na região da Praia do Sono e no litoral sul fluminense em geral. Aqui, partimos da concepção de conflito em Carlos Walter Porto-Gonçalves sintetizada em homenagem realizada por Cruz (2024). Porto-Gonçalves percebia o conflito como uma chave privilegiada para pensar as dinâmicas sociais, entendendo que é no movimento do conflito que são revelados os distintos sentidos de território que estão em disputa. Conforme sintetiza Cruz (2024, p 10):

Os conflitos ambientais/territoriais resultantes do encontro entre territórios corporativos e territórios comunitários são, portanto, resultantes da tensão de territorialidades com diferentes sentidos ontológicos do território (diferentes lógicas de apropriação, controle, uso e significação existencial do espaço). De um lado, a lógica espoliativa, os regimes de expropriação e sua gramática de violência e, de outro, a afirmação da terra e dos recursos como expressão do comum, como território de vida. (CRUZ, 2024, p10)

Na trajetória da Praia do Sono conseguimos perceber a manifestação de todas essas formas de territorialização e territorialidades conflitantes. No entanto, é importante salientar que em alguns momentos os conflitos se dão de maneira aberta, de forma mais concreta e às vezes, se expressam de forma mais latente, como tensões. Portanto, utilizaremos os dois termos: conflito e tensão, buscando dar conta dessas distintas formas de expressão. A territorialização das Unidades de Conservação (UC's) se manifesta como forma de demandar a identificação de grupos sociais (os

caiçaras) e reafirmar seu direito ao território, apesar das contradições inerentes a sua atuação. Como forma de acesso a recursos materiais para a reprodução do capital podemos citar os interesses que movem os processos de territorialização do grileiro e do condomínio Laranjeiras, que se manifestam enquanto conflitos concretos. Simultaneamente, e de forma contraditória, as UC's também manifestam uma atuação no sentido de disciplinarização e controle da circulação nas áreas a elas atribuídas, conferindo um ordenamento e um conjunto de leis àquele espaço, que por vezes favorece e por vezes prejudica a manifestação de territorialidades locais, explicitando-se como constantes tensões.

Haesbaert, buscando um auxílio teórico para dar conta da multiplicidade de sujeitos e intenções percebidas no espaço vivido, nos apresenta a ideia da multiterritorialidade. Em sua construção reflexiva, o autor nos evidencia a multiterritorialidade no "sentido de experimentar vários territórios [e/ou territorialidades] ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla" (Haesbaert, 2004, p 344).

Na pesquisa que realizamos percebeu-se a necessidade de recorrer ao conceito de território e a seus conceitos derivados: territorialidade e territorialização para, integradamente, constataremos a grande diversidade de "vivididos", já que percebemos que o território, a territorialidade e a territorialização são transitados permanentemente pelos sujeitos sociais, os quais, em seu processo de criação do espaço, apontam-nos para uma série de múltiplas vivências, conformando a transterritorialidade vivida, que buscamos evidenciar no presente artigo.

Para nós apresenta-se uma situação complexa na qual não somente se observam conflitos entre territorialidades distintas, como, principalmente, percebe-se a criação/vivência de multiterritorialidades consoante se estabeleça a racionalidade do capitalismo em suas diversas manifestações (especulação imobiliária, exploração do turismo e do veraneio e mercadificação da natureza, por exemplo) e as resistências locais a tais manifestações. Os eventos que marcaram a localidade da Praia do Sono nas últimas cinco décadas revelam esse conflito de territorialidades, tendo em vista os diferentes atores que buscam se apropriar do território. Esses eventos são cruciais para que possamos compreender as forças transformadoras expressas em eventos que ocorreram no passado, mas que seguem atualizando-se, mesclando-se e influenciando diretamente na dinâmica atual da comunidade.

Para refletir o cotidiano caiçara contemporâneo é fundamental levar em consideração que, além de todos os aspectos que massificam e alienam o cotidiano dos sujeitos sociais, se fazem presentes ainda, de forma intensa - complexificando ainda mais a realidade social/espacial - as marcas de nosso histórico colonial, expressas na perspectiva da colonialidade.

Nos últimos 50 anos, esse processo vem sendo apoiado pela versão da imposição da modernidade através da reprodução do espaço e territorialização de distintas formas do capital, trazendo consigo transformações também na forma de (re)produção da vida, dos hábitos, dos desejos e necessidades que passam a fazer parte da vida cotidiana e que, atuando em conjunto, definem o projeto de homogeneização do mundo, cooptação e mercantilização das diferenças. Portanto, concordamos com Santos (1988) quando coloca que "cada lugar tem, pois, variáveis internas e externas. A organização da vida em qualquer parte do território depende da imbricação desses fatores" (p. 105). Analisamos a Praia do Sono nesta perspectiva, como fruto da imbricação dos diversos movimentos e elementos que chegam ao e partem do território. Diante desses velhos, porém atuais, dispositivos de dominação externos e internos, está posta a necessidade da produção do novo nas formas de uso e apropriação do espaço. Entre o interno e o externo, o novo e o velho, as ideias muitas vezes se confundem, trazendo a necessidade de atualização dos termos. Nesse sentido, diante das formas modernas de dominação, emerge uma perspectiva do "novo" renovada, dissociada da noção de moderno, que adquire sentido como expressão das lutas sociais, que buscam

no mínimo tensionar as hierarquias nas quais se apoia a matriz de pensamento moderna-capitalista. Nesse sentido, Cruz (2011) aponta três perspectivas acerca desse novo:

A primeira forma de pensarmos o novo tem uma relação com a emergência na “realidade concreta” de determinados fenômenos sócio-espaciais e sócio-políticos que são inéditos, próprios de um certo período/momento da história, ou, pelo menos, nas suas expressões fenomênicas. [...]

A segunda forma em que se expressa o novo tem a ver com a densidade/expressividade histórica de determinados fenômenos sócio-espaciais, ou seja, **como determinados processos, práticas, escalas e sujeitos mudam sua importância quantitativa e qualitativa em determinadas conjunturas/períodos e em determinados espaços/regiões.**[...]

Já a terceira forma em que se apresenta o novo, não tem a ver com mudanças no campo da “realidade concreta” dos fenômenos sócio-políticos, mas sim com **a nossa capacidade de percepção dos mesmos. Trata-se de mudanças no campo do pensamento, de novas sensibilidades epistemológicas e de novos olhares que dão visibilidade e valorização analítica a determinadas dimensões, processos e práticas sócio-espaciais que resultam não somente da maior densidade histórica numa determinada conjuntura, mas da constituição de novos olhares.** (CRUZ, 2011., p. 61/62, grifos nossos)

O que nos parece mais destacado é compreender esse novo “novo” que contesta o “velho novo” da modernidade. Assim, além do novo trazido pela especulação imobiliária, pelo turismo, pelas rodovias, enfim, pela mercadificação da vida em suas múltiplas dimensões, (re)surge um outro novo, o qual, mesmo se fazendo presente há séculos, não era tão explicitamente observado/contestado como no momento atual. Queremos dizer com isso que uma série de manifestações de “novos” em conflito passam a ser um elemento destacado na identificação dos sujeitos sociais em permanente re-espacialização em nossa área de estudo. Esses “novos” podem também ser compreendidos à luz da r-existência, como apresentada por Porto-Gonçalves, que trata, dentre muitas outras discussões, da geografia das r-existências territoriais, que, segundo o autor:

Significa pensar que os povos, as comunidades, as classes e os movimentos sociais, quando lutam pelo direito aos seus territórios, não lutam somente para resistir contra os que os exploram, dominam, oprimem e estigmatizam, mas também lutam por uma determinada forma de existência, um determinado modo de vida e de produção, por diferenciados modos de conhecer, sentir, agir e pensar. (CRUZ, 2024, p 7)

Acompanhados dos caminhos teóricos propostos por Haesbaert (2014) sobre o território e seus derivados (territorialidades, territorialização, multi e transterritorialidade), assim como pelas novas formas de pensar o novo que emerge das lutas a partir de Cruz (2011) e as r-existências propostas por Porto-Gonçalves e sintetizada em Hurtado e Porto-Gonçalves (2023) explicitamos as territorialidades que incidem historicamente na Praia do Sono, que se propõe marcada por 5 eventos, sendo eles: (1) a chegada da Rio- Santos e a “descoberta do paraíso”; (2) grilagem de terras: o caso Gibrail; (3) a territorialização do capital na forma do Condomínio Laranjeiras; (4) chegada das Unidades de Conservação e (5) a consolidação do turismo como atividade econômica e os entraves do turismo predatório.

### Territorialidades em conflito na Praia do Sono

Todos os eventos mencionados são considerados elementos que marcam permanentemente a história da Praia do Sono, reiterando sempre que não são fatos sucessivos. A partir do momento em que surgem tais eventos, eles se tornam coexistentes com outras territorialidades presentes, com os aspectos de uma se relacionando com os de outra, estabelecendo novos desafios e problemáticas,

como, por exemplo a questão da conservação ambiental entrando em choque com as práticas tradicionais de uso do território e com a atividade turística.

Todas essas territorialidades atravessam a comunidade em sua dimensão fundamental, a do território. A estrada abre os caminhos para novos interesses; a grilagem expulsa, violenta e espolia; o condomínio impede passagens, controla o ir e vir e proclama processos jurídicos contra os comunitários; as Unidades de Conservação incidem sobre os usos históricos feitos do território, numa relação contraditória, criminalizando em muitos momentos antigos saberes e fazeres; e turismo, em sua complexa rede de contradições, proporciona uma série de melhorias, ao mesmo tempo que segmenta em partes o cotidiano caiçara, incorporando a ele uma série de novos elementos, nem sempre desejados, embora muitos o sejam. Daqui em diante abordamos algumas implicações associadas ao processo de chegada e territorialização dos referidos eventos, buscando explicitar os conflitos entre eles.

### A Rio-Santos e a especulação imobiliária

Começamos abordando o processo de abertura e inauguração da rodovia Rio-Santos, ao longo da primeira metade da década de 1970, que marca na região sul fluminense a investida desenvolvimentista e modernizadora que seguia no Brasil, pautado no estímulo à urbanização e industrialização do país. Durante a ditadura militar uma ênfase foi acionada retomando o imaginário da colonização, onde o desenvolvimentismo torna-se palavra de ordem da “propaganda política sem precedentes” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 454). A rodovia esteve, desde seu anúncio na década de 1960, integrando um processo profundo de reconfiguração da região sul fluminense, como exemplo de territorialização do capital iniciado com a estrada, que abre os caminhos para a chegada do desenvolvimento turístico-imobiliário.

Embora já houvesse relações capitalistas consolidadas há centenas de anos em Paraty, pode-se afirmar que com a chegada da estrada mudou a intensidade, o ritmo e a força de penetração do externo sobre o interno (SANTOS, 1988). A região sul fluminense era projetada para se tornar uma área cada vez mais importante, com frentes ligadas à industrialização e à ocupação voltada para um turismo e veraneio de luxo. A BR-101 vinha, então, como o símbolo que ligaria os múltiplos interesses vindos do Rio de Janeiro e São Paulo até a região, convergindo para um uso que atendia simultaneamente às dinâmicas industriais, à ocupação imobiliária e ao desenvolvimento turístico.

A consolidação da estrada se realiza num cenário de alterações de um conjunto de legislações relacionadas ao uso do território ao longo de todo seu trecho. Nesse sentido, pode-se afirmar que a maior parte dos conflitos esteve relacionada de forma direta com a questão das transformações no acesso à terra. Políticas e legislações tidas como acertadas foram revertidas. Áreas que tinham sido poucos anos antes destinadas à reforma agrária tiveram sua finalidade alterada em toda a região, para dar espaço aos interesses dos grandes empreendimentos do setor privado. Embora a BR-101 não se ligue diretamente com a Praia do Sono, que fica mais afastada de seu eixo, podemos dizer que ela ressignifica a dinâmica local e abre caminho para a chegada de outros empreendimentos, se configurando enquanto um elemento fundamental que antecede a chegada das novas frentes desenvolvimentistas que passam a se refletir na Praia do Sono.

A rodovia BR-101, portanto, tem sua história marcada por distintas versões. De um lado, por um amplo processo desenvolvimentista do capital turístico-imobiliário, aberto ao capital internacional, ancorados na ideia de progresso e modernidade e, de outro, pela expulsão e desterritorialização de diversas famílias, com uso de violência, repressão e ameaças, somado a um expressivo processo de degradação ambiental e especulação imobiliária.

Um elemento fundamental para refletir sobre o conflito de territorialidades e o processo de organização comunitária na Praia do Sono é a trajetória com o grileiro Gibrail Tannus, que durante

muitos anos buscou a expulsão dos moradores da comunidade para se apropriar indevidamente da área que, apesar de possuir um confuso histórico de proprietários, é habitada por caiçaras há muitas gerações.

Entre coerções, ameaças e cooptações, o grileiro Gibrail traçou suas estratégias de aproximação da comunidade. Com o tempo, as violações foram se tornando cada vez mais expressivas, com a construção de novas casas para moradia e destruição das áreas de agricultura comunitária. Após anos de insegurança, em 1969, um golpe de outra magnitude é realizado contra os moradores da Praia do Sono. Sendo a maioria da comunidade não letrada naquela época, Gibrail usa do status do pastor local para enganar os comunitários, convencendo-os a colocar suas digitais em documentos. Muitos concederam suas digitais, acreditando que estariam lidando com um documento de regularização e titulação das terras, mas “na verdade consistia em um contrato de comodato, isto é, um contrato que os colocava na posição de inquilinos, enquanto reconhecia a titularidade da terra em favor do Gibrail Tannus” (FARO, 2021, p 71). De acordo com Da Silva (2020, p 92):

de 200 famílias, 164 famílias abandonaram o Sono. Não por acaso, atualmente sabe-se que as periferias de Paraty, especialmente as favelas Ilha das Cobras e Mangueira, são compostas majoritariamente por caiçaras desterritorializados em conflitos com grileiros de terra (Medeiros, 2018). (DA SILVA, 2020,p 92)

Mesmo diante de anos de ameaças e violações, algumas famílias persistiram em não abandonar seu lugar, dando início a um processo de resistência que saía da terra para a justiça. Depois de muitas idas e vindas, o lado dos caiçaras finalmente foi fortalecido e amparado pelo Estado, de forma que esse conflito se encontra hoje amenizado. No entanto, a vigília deve se manter ativa, uma vez que mesmo com o falecimento de Gibrail, a família Tannus continua na justiça buscando reafirmar seus direitos de propriedade, que infelizmente não se limitam ao conflito na Praia do Sono<sup>3</sup>.

A tensão entre essas duas formas de apropriação do território, uma baseada na dinâmica das relações sociais comunitárias, que tinha como objetivo sua reprodução social, e outra que busca se impor aquele mesmo território por meio da falsificação de documentos, violência e ameaça, com objetivos de desterritorialização da comunidade local e reordenamento da dinâmica territorial, revelam mais um conflito de territorialidades vivido na Praia do Sono. Dentre os objetivos de Gibrail para aquele pedaço de mundo nenhum vislumbrava a permanência dos caiçaras. A resistência demonstrada nesse caso, que se arrastou por anos e anos, revela a capacidade de resiliência diante de um conflito direto, que resulta em articulação judicializada em torno da defesa do direito de permanência no território.

Durante uma das idas de Gibrail ao Sono, com o conflito já avançado, os comunitários se organizaram coletivamente para que, enquanto alguns segurassem o homem que tanto lhes causou sofrimento, outros lhe dessem uma bela “surra de urtiga”. Esse relato está presente também no cordel<sup>4</sup> “O Sono, o Caiçara e a Luta”, realizado pelos estudantes do segundo segmento da Escola Municipal Martim de Sá, na Praia do Sono, em memória do grande feito realizado pelos seus moradores que, corajosos, expulsaram coletivamente o grileiro.

<sup>3</sup> A mesma família possui um intenso e violento histórico de grilagem de terras na Praia Grande da Cajaíba, comunidade próxima a Praia do Sono.

<sup>4</sup> O trabalho materializado no cordel “O Sono, Caiçara e a Luta” é um resultado do projeto pedagógico “Uma outra história de Paraty”, realizado nas escolas caiçaras da Praia do Sono (Escola Municipal Martim de Sá) e do Pouso da Cajaíba (Escola Municipal Cajaíba) com alunos do ensino fundamental II. A educação diferenciada está sendo implementada nessas escolas através do programa de formação continuada e reorientação curricular chamado “Escolas do Território”, desenvolvido pela Universidade Federal Fluminense (Angra dos Reis) e pela Secretaria Municipal de Educação de Paraty, em parceria com o Observatório dos Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina, (OTSS/Fiocruz/FCT).

Dentre as territorialidades percebidas, talvez um dos conflitos mais expressivos seja aquele em relação ao Condomínio Laranjeiras, um luxuoso condomínio de veraneio localizado bem próximo à Praia do Sono. A área que hoje corresponde ao condomínio foi, antes da chegada de todo esse pomposo aparato, mais uma comunidade caiçara, com o mesmo histórico de ocupação da Praia do Sono. Hoje, onde existia a comunidade caiçara Laranjeiras, há o Condomínio com o mesmo nome, que por trás de sua luxuosa estrutura, guarda uma história, que segue presente, de violação dos direitos das comunidades tradicionais.

Uma situação que ilustra o contexto da parceria existente entre os interesses hegemônicos (sejam eles representados por fazendeiros, grileiros, empresários ou holdings multinacionais) e o Estado na região, está no fato de que o Parque Nacional da Serra da Bocaina, criado em 1971, incluía em sua área de proteção todo o espaço que corresponde ao referido condomínio. Em 1972 há uma modificação na área correspondente ao parque, que sofreu redução de sua extensão pelo Decreto Nº 70.694 (de Silva, 2018), de forma que o local que hoje corresponde ao condomínio foi retirado da área de proteção do parque, estando, dali em diante, disponível para novos investimentos, uma vez que seu aparato de proteção garantido pela lei pelo status de Parque Nacional já não existia mais. Poucos anos após essa operação, nasceu o condomínio. Ainda que a Lei 9.985/2000 garanta que em parques nacionais as terras devam ser de domínio público, havendo a desapropriação de áreas particulares na área delimitada como parque, o que se vê no caso do Parque Nacional da Serra da Bocaina é justamente o contrário. Houve a redução da área já delimitada do parque para atender aos objetivos dos interesses da propriedade privada e do setor imobiliário.

A área onde hoje é o Condomínio Laranjeiras foi, historicamente, áreas de uso dos moradores das redondezas para práticas de pesca artesanal, mariscagem, lazer e passagem, incluídas aí os moradores da Praia do Sono, Ponta Negra e Trindade, além de ser o principal caminho histórico de passagem dos moradores da Praia do Sono e de Ponta Negra para chegar a Paraty ou outras localidades. A consolidação do condomínio representa, portanto, um conflito que manifesta de maneira bastante concreta mais uma tensão de territorialidades. Desde a desterritorialização da comunidade Laranjeiras, até a suspensão do direito de ir e vir dos caiçaras da enseada do Sono, perda de caminhos e territórios tradicionais até a entrada com processos contra diversos comunitários. Percebemos a força da territorialidade hegemônica se impondo às territorialidades locais, que ficam sujeitadas pela assimetria de poder que garante, até certo ponto, o respeito às regras impostas, enquanto, simultaneamente, são traçadas estratégias de luta e enfrentamento por parte da população local.

Frente a tudo o que foi exposto, observa-se que se está diante de uma inversão de valores generalizada, que se expressa também no meio jurídico. A disputa pelo espaço se dá a partir de forças tão assimétricas que tem como resultado essa inversão, em que aqueles que são as vítimas, que sofrem as consequências, que tem seu ir e vir interrompido e controlado, passam a ser tratados como culpados. Tal fato explicita a complexidade que envolve a luta dos moradores da enseada do Sono que, junto a seus parceiros e apoiadores, continuam se fortalecendo e negociando, como chama atenção Rocha (2017), concessões e possibilidades que busquem avançar nos objetivos de interesse comunitário, envolvendo o menor custo em termos de perda de autonomia. Ainda que essa autonomia já tenha sido (e siga) comprometida, diante de uma série de violações, a articulação em busca de resoluções segue avançando. Podemos afirmar, portanto, que diante da presença do condomínio, instala-se um conflito e, simultaneamente, inaugura-se uma luta de caráter permanente na comunidade da Praia do Sono.

Recentemente, no início deste ano de 2024, foi determinado pelo Ministério Público Federal<sup>5</sup> que o município de Paraty, o Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio) e o Condomínio Laranjeiras devem garantir a livre circulação dos caiçaras por seus antigos caminhos, sem a imposição de quaisquer limitações. Determinou também a marcação e sinalização dos caminhos tradicionais. Além disso, o Condomínio foi condenado a pagar uma indenização no valor de R\$400.000,00, tendo em vista o seu histórico de violações. Essa decisão representa uma grande vitória para as populações caiçaras de Paraty. Agora, é dever de todos acompanhar para que as leis sejam cumpridas.

Após décadas de conflitos e violações de direitos, a resistência/r-existência dos caiçaras da enseada do Sono pela reafirmação de seus direitos enquanto comunidade que se auto reconhece como tradicional passou por uma série de configurações, principalmente as manifestações diretas, o descumprimento de regras impostas pelo condomínio sem diálogo e processos judiciais. Ainda, o enfrentamento em relação ao condomínio foi concomitante a uma série de transformações na comunidade que, com o tempo, passou a receber maior incidência das atividades turísticas, o que inaugurou novas tensões com o condomínio, resultando também em um processo mais denso e ampliado de organização comunitária, articulando diversas resistências/r-existências em defesa da luta pela permanência no território e por seu modo de vida.

### As unidades de conservação

Outro elemento que marca o choque entre territorialidades está no processo de implantação das áreas protegidas, que correspondem, hoje, às unidades de conservação. A década de 1970 no Brasil, como temos comentado, é marcada pelo crescimento de grandes empreendimentos em diversos setores econômicos: imobiliário, turístico, infraestrutural, industrial, urbano etc. Ao mesmo tempo em que ocorre esse crescimento econômico, implementa-se a criação de diversas áreas protegidas em todo o país, e particularmente em nossa região de estudo. Diante do quadro de violentos conflitos fundiários, grilagem de terra, implementação de mega empreendimentos e os diversos impactos sentidos nos territórios, as populações diretamente atingidas, movimentos sociais, ambientalistas e acadêmicos se articulam para pressionar pela criação de áreas protegidas. A região sul fluminense é um exemplo deste processo. Do litoral norte de São Paulo ao sul fluminense, um notável mosaico composto por distintas unidades de conservação se apresenta, formando uma rede complexa de legislações relacionadas às distintas formas de uso e ocupação do território.

O conjunto de empreendimentos e interesses que chegam na região sul fluminense, e que se intensificaram com a chegada da Rio- Santos, iam, aos poucos, definindo as frentes de atuação em cada parte do território. Com o desenvolvimento do setor industrial em Angra dos Reis, os mega condomínios de veraneio que surgiam ao longo de todo o litoral da costa sul fluminense, as transformações associadas à estruturação da cadeia de petróleo e gás em partes da região, o aumento da população urbana, os contínuos conflitos ligados à grilagem de terra, embora fossem outras frentes de acumulação do capital, representavam uma ameaça para aqueles municípios que tinham intenções de desenvolver fortemente o setor turístico, como é o caso de Paraty e Angra dos Reis.

Esse conjunto de distintos interesses sobre o território afeta não só o meio físico ou o potencial turístico da região mas, principalmente, ameaçam aqueles que têm nesse meio seus referenciais de vida e reprodução social. Diferentemente das comunidades indígenas e quilombolas, que conquistaram o direito a seus territórios, com legislações próprias específicas para estes grupos, as

<sup>5</sup> <https://odia.ig.com.br/paraty/2024/03/6803229-justica-concede-livre-acesso-aos-caicaras-em-paraty.html> (acessado em 5.03.2024)

comunidades caiçaras não possuem uma legislação que trate de sua relação de pertencimento com a terra e que resguarde o seu direito ao território. Esse cenário confere a essas comunidades um caráter de constante insegurança fundiária, restando a elas “o reconhecimento de sua forma tradicional de apropriação do território vinculado principalmente às poucas categorias de Unidades de Conservação de uso sustentável previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)” (FARO, 2021, p 93). Ainda que seja uma forma de reconhecimento, é uma forma frágil, com fácil caráter de alteração.

A Praia do Sono atualmente tem seu território sobreposto por duas áreas protegidas, sendo elas a Área de Proteção Ambiental (APA) Cairuçu e a Reserva Ecológica Estadual da Juatinga (REJ). Um elemento fundamental a ser destacado é o fato de que a APA Cairuçu esteve, desde o momento de sua criação, alinhada com a suposta proteção das comunidades caiçaras. No entanto, na prática, o que ocorre é que a APA Cairuçu ocupa 40% do município de Paraty (SOARES, 2019), resultando numa área ampla e diversa, que carrega consigo diferentes atribuições sobre o território. Esse contexto em uma área protegida que corresponde a quase metade da área total de um município com realidades diversas como Paraty, é propício à criação de novos conflitos de interesse no território. Uma área que engloba comunidades caiçaras, indígenas e quilombolas, condomínio de luxo, além de população rural com diferentes níveis de urbanização, traduz-se naturalmente em distintas formas de uso e apropriação do território, que permanecem em conflito.

Em 1992, foi criada a Reserva Ecológica da Juatinga, que se encontra completamente sobreposta à APA Cairuçu, representando 30,6% do total da mesma (SOARES, 2019). Diante da natureza demasiadamente permissiva da APA Cairuçu em relação às atividades que nela são aceitas, a criação da REEJ surge com intuito de promover uma atuação mais restritiva sobre essa área específica, atendendo mais diretamente os objetivos da reprodução do modo de vida caiçara, conforme nos evidencia Soares (2019).

Dois aspectos nos chamam atenção nessa legislação: a descrição da área contemplada pela REJ e sua natureza *non edificanti*. A descrição da área a ser protegida, não por acaso, engloba em sua totalidade as áreas que estavam sendo griladas por Gibrail Tannus. No entanto, o segundo aspecto que chama atenção, a natureza *non aedificandi* da Reserva, colocada com intuito de impedir ou ao menos frear a especulação imobiliária, logo se configura como um elemento que se volta contra a própria população caiçara (DA SILVA, 2020).

O controle que já havia sido instaurado em partes pelo Estado desde a década de 1980 com a delimitação da APA, passa a ser mais expressivo e violento com a implantação da REJ. Essa tensão/conflito entre formas de uso e apropriação do território, a local já explicitada anteriormente e outra pautada no preservacionismo, consolida mais um choque entre territorialidades, que se expressa de forma prática na criminalização das práticas tradicionais, limitando as formas de uso do território realizadas pelas populações locais, que resiste/r-existe a partir das limitações impostas e das tensões deflagradas, ora contestando, ora se adaptando, ora buscando inserção nos espaços de participação e tomada de decisão.

A criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação foi realizada nos anos 2000, buscando criar um sistema com categorias definitivas de áreas protegidas a serem implementadas no território nacional de forma organizada, em um contexto em que existiam modalidades diversas de áreas protegidas espalhadas pelo país. A criação do SNUC se deu apenas 8 anos após a criação da REEJ e, nesse momento, a REEJ, que já não contava com plano de manejo, passou a estar numa espécie de limbo jurídico administrativo, já que a categoria Reserva Ecológica não foi contemplada pelo SNUC.

Além disso, a necessidade da recategorização levanta uma nova discussão, que se encontra em voga há anos: recategorizar para qual categoria? atendendo aos interesses de quem? É nesse

sentido que é realizada a pesquisa de Soares (2019), buscando retomar a discussão sobre a recategorização e compreender quais seriam os pilares que fundamentariam a criação de uma Reserva Caiçara.

Sendo Paraty um local marcado por conflitos relacionados à terra desde a década de 1950, é fato que a institucionalização de áreas protegidas exerce um importante papel na salvaguarda das comunidades que ainda não haviam sido desterritorializadas pela força de interesses privados. No entanto, ao longo dos anos uma série de ações bastante questionáveis foi realizada pelos entes administrativos dessas áreas. Dessa forma, percebemos que as relações entre unidades de conservação e a Praia do Sono podem ser compreendidas a partir de uma tripla condição que se expressa na: diversidade de legislações x proteção x ameaça, numa lógica em que a diversidade de legislações se relaciona tanto com a contradição representada na proteção quanto na ameaça, encaminhando para uma complexa relação entre estas territorialidades.

### A atividade turística

Um outro elemento, mais recente, que suscita diversas transformações na comunidade é a atividade turística, que se desdobra em um conjunto de atividades que passam a ser realizadas pelos comunitários. Já faz algum tempo que as atividades turísticas estão inseridas no cotidiano da Praia do Sono. No entanto, essas atividades tiveram, ao longo do tempo, diferentes intensidades e perfis de visitantes, que se expandiram e diversificaram com o tempo. O elemento primordial utilizado como o grande marco do turismo na Praia do Sono é a chegada da energia elétrica, fato que se dá em 2009, a partir da implementação do projeto “Luz para Todos”. Segundo Da Silva (2020, p 136), “estima-se que 110 famílias da Praia do Sono foram contempladas com a chegada da eletricidade.” Ressaltamos a dimensão da chegada da luz enquanto marco no que tange à conquista de direitos básicos, historicamente negados aos povos tradicionais. Na Praia do Sono, a chegada da luz marca também a possibilidade de reinvenção da comunidade nessa contraditória lógica capitalista.

O cotidiano é transformado a partir dos benefícios da energia elétrica e os confortos que proporcionam para atividades básicas do dia-a-dia. Junto com os benefícios, as facilidades da modernidade e o aumento da renda na comunidade, chega também uma nova lógica que se impõe com a presença cada vez maior e mais frequente de pessoas de fora, a criação de novos hábitos e o aumento exponencial do turismo, que, desafiando a lógica comunitária, passa a desenhar sua face predatória.

Ainda que tenha se intensificado, com mudanças no perfil dos visitantes, e transformações nas dinâmicas comunitárias, um aspecto importante que segue constante está no caráter familiar com que o turismo continua sendo gerido na Praia do Sono, com um certo acordo comunitário em torno da não comercialização das terras<sup>6</sup>. Fruto desse esforço, as casas, campings, bares e restaurantes seguem sendo geridos pelos próprios comunitários, que se organizam no âmbito familiar, integrando, durante a alta temporada, diversos membros da família para atender à grande demanda turística. Este aspecto deve ser destacado e valorizado, fruto do esforço dos moradores da Praia do Sono para manter a terra “nas mãos” do caiçara, diferentemente de outras comunidades em que não há somente presença de casas de veranistas, mas também empreendimentos destes últimos.

Os impactos e as transformações que chegam na comunidade através do turismo se refletem para muito além das formas que compõem a paisagem comunitária e na ascensão social proporcionada pelas atividades turísticas. O turismo adentrando uma comunidade tradicional, como

---

<sup>6</sup> Embora a questão da comercialização das terras, sua legalidade e legitimidade seja extremamente complexa no caso de comunidades tradicionais inseridas em mais de uma área de unidade de conservação, há frequentes casos em outras comunidades da REJ que envolvem comercialização das terras.

uma atividade econômica de grande potencial e valor comercial, reforça uma lógica outra dentro da comunidade que, com forte poder de sedução, vai pouco a pouco alterando a própria concepção de comunidade e do fazer coletivo, disseminando a racionalidade econômica, individualista e privatista. Essa concepção não substitui a lógica comunitária, mas vai se mesclando a ela, evidenciando multiterritorialidades. No caso das atividades turísticas não se percebe um conflito direto, como explicitamos nas outras territorializações e territorialidades, mas uma tensão permanente que se acentua na medida em que essas atividades se expandem e transformam/fragilizam a dinâmica comunitária. Essa tensão expressa como resultado a discussão que busca aproximar o turismo que se tem com o turismo que se deseja, o que é pauta de reflexão na Praia do Sono. A busca pela ampliação do turismo de base comunitária, de forma que a comunidade possa impor suas regras e não se encontre numa situação de estranheza diante de seu próprio território. Pelo contrário, procura-se que a própria comunidade se torne um elemento de atração do turista, que suas histórias sejam contadas, a memória de luta compartilhada e a cultura caiçara difundida e valorizada.

Essas iniciativas estão sendo condensadas na ideia de um turismo de base comunitária (TBC), que já é realidade há alguns anos na Praia do Sono, ainda que em pequenas dimensões. No entanto, é uma demonstração de que outras formas de trabalhar com o turismo são possíveis. A organização do TBC na Praia do Sono pode ser entendida como uma resistência à lógica de dominação econômica alienante, porém lucrativa, que é inerente ao turismo de caráter predatório e que tende, com o tempo, a transformar o espaço em um espaço-mercadoria, com cada vez maior internalização de elementos privados incidindo sobre ele. A chegada das atividades turísticas e sua adesão pela comunidade leva a um novo horizonte de adaptação/criação, de r-existência na medida em que se busca manter o controle sobre as atividades turísticas pelos comunitários e, simultaneamente, inserir e ressaltar aspectos da cultura local como estratégia contra o turismo predatório, revelando um horizonte desejado de comunidade no futuro, que deve ser construído a cada dia. Tal ponto nos remete às reflexões de Porto-Gonçalves como revelado em Cruz (2024, p16), quando, ao refletir sobre a r-existência, afirma que:

Esses movimentos apontam para um processo de politização da própria cultura e de modos de vida 'tradicionais', ou seja, para um processo de politização dos 'costumes em comum', valorizando a memória, a ancestralidade e os saberes tradicionais na construção das identidades socioculturais e sociopolíticas, afirmando um duplo processo que, ao mesmo tempo, direciona-as para o passado, buscando, nas tradições e na memória, sua força e, apontando para o futuro, sinalizam para projetos alternativos de produção e organização comunitária, bem como de afirmação e participação política. (CRUZ, 2024, p 16)

A partir de uma prática multiterritorial vivida pelos caiçara da Praia do Sono percebemos processos simultâneos e contraditórios de dominação e de resistência, em que o próprio contexto de dominação alimenta a criação de r-existências, que se entrelaçam e se retroalimentam permanentemente. Esse conjunto de territorialidades, em que cada territorialidade se relaciona com a outra, nos leva à dimensão da multi/transterritorialidade, na "capacidade dos povos de r-existir pela própria capacidade de trânsito entre múltiplos territórios e territorialidades" (Haesbaert, 2021, p. 294). Mas, segundo o autor, a prática da transterritorialidade pode ter uma conotação positiva ou negativa, e se dar de forma compulsória ou voluntária. Esse processo, "quando imposto e compulsório reduz drasticamente o caráter libertário/autonomista que potencialmente carrega. Estar em movimento e transitar por diversos territórios não é, portanto, sinônimo de maior autonomia e liberdade" (Haesbaert, 2021, p. 296).

Nesse sentido, no que concerne à dimensão compulsória ou voluntária do movimento entre os múltiplos territórios, percebemos que no caso da Praia do Sono, a transterritorialidade se explicita majoritariamente de forma compulsória, visto que as territorialidades que se somam à local são de

origem externa, atendendo a uma série de interesses de outros sujeitos, como no caso dos constrangimentos impostos pelo Condomínio Laranjeiras. Por outro lado, a transterritorialidade pode ser voluntária, como percebemos na adaptação dos caiçaras às atividades turísticas e aos próprios constrangimentos antes referidos, já que muitos caiçaras já trabalharam nesse empreendimento.

Destacamos, portanto, essa relação contraditória expressa na redução da liberdade/autonomia sobre o território a partir da necessidade de transitar por territorialidades hegemônicas enquanto, simultaneamente, através dessa transterritorialidade, também se desenham novas relações e estratégias de r-existência que foram e são fundamentais para a permanência da comunidade no território, apesar das inúmeras ameaças históricas de desterritorialização.

### Considerações finais

Buscamos, ao longo do artigo, evidenciar distintas formas de territorialização na região em que está localizada a Praia do Sono. Diante do choque de territorialidades que se evidencia, percebe-se a resistência/r-existência necessária para possibilitar a permanência da comunidade no local, assim como a necessidade de adaptação para lidar com as múltiplas territorialidades que passam a existir simultaneamente, desafiando as contradições e a complexidade do vivido. Como consequência do histórico de enfrentamentos e tensões diante das multiterritorialidades expostas, percebemos a articulação com outros sujeitos e a capacidade de trânsito entre as diferentes territorialidades - a transterritorialidade - como elemento fundamental para lidar com os conflitos na Praia do Sono e criar estratégias de permanência nesse território.

Como fruto das diversas articulações realizadas diante da multi/transterritorialidade manifestadas no espaço vivido, há criação do importante movimento social Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), que reúne caiçaras, indígenas e quilombolas dos municípios de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba, organizados em função das demandas das comunidades tradicionais locais. Na Praia do Sono, percebemos como a experiência conquistada através desses múltiplos enfrentamentos, - assim como através do processo de criação e organização enquanto movimento social e as novas articulações que surgem também dessas relações -, desenvolveram uma atuação que se dá no sentido de reafirmar o direito ao território. Essa construção tem ocorrido a partir de uma perspectiva própria, alimentada pelas experiências locais, que se desdobram hoje principalmente na mobilização em torno do turismo de base comunitária e pela ampliação da educação diferenciada, que busca incorporar os saberes e valores tradicionais ao modelo político-pedagógico das escolas a partir de uma iniciativa de reorientação curricular, promovido pelo Instituto de Educação de Angra dos Reis da Universidade Federal Fluminense (IEAR/UFF), em parceria com o FCT, o Observatório dos Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina, o Colégio Pedro II e junto à Secretaria Municipal de Educação de Paraty.

Para nós, essa mobilização que busca construir novos espaços de afirmação da territorialidade local demonstra a geografia como verbo, o r-existir, como formulava Porto-Gonçalves, enfatizando a dimensão de construção, de renovação dos sentidos da existência encontrados em muitas das articulações contemporâneas dos povos e comunidades tradicionais. Nesse sentido, “os grupos sociais em situação de subalternização não apenas resistem em meio às relações de poder conflituosas, mas estão em um movimento permanente de reinvenção, reorganização, bebendo do passado, da tradição, das lutas presentes para inventar o futuro.” (Hurtado e Porto-Gonçalves, 2022, p.6)

Algo de diferente chama atenção nessas resistências: não se resiste apenas com o objetivo de atenuar conflitos. O que se percebe é que, além de atenuar os conflitos para se manter no território, a resistência ocorre também no sentido de criação, r-existindo e re-inventando o presente no território

a partir da complexidade da trajetória transterritorial, com suas próprias experiências e enfrentamentos. Para nós, a partir dessa auspiciosa e criativa r-existência estabelece-se o chamado “novo novo” mencionado por Cruz (2011), que resiste ao “novo velho” da modernidade.

Experiências como a da Praia do Sono evidenciam, através da densidade de territorialidades, conflitos/tensões e sujeitos, toda uma trama de formas de dominação e territorialização hegemônicas que são percebidas ao longo de todo o litoral sul fluminense. São também essas experiências que alimentam as reflexões que nos apontam que não há um único caminho para reinventar o mundo diante das múltiplas crises em que estamos inseridos, mas que as respostas são territorializadas, particulares, construídas a partir de cada contexto no qual desabrocham, formando diferentes territórios-devir, como chama atenção Haesbaert (2021).

A desafiadora tarefa de lidar com a multi/transterritorialidade, na qual o novo do capital coexiste com o novo da resistência, vem abrindo espaço para a manifestação de movimentos de potência transformadora para as realidades locais em que são criados. Essa reinvenção alimentada pela criação, pelo caráter coletivo e propositivo, que tanto nos é urgente enquanto sociedade, tem sido demonstrada em inúmeros movimentos a partir dos povos em seus territórios, que nos trazem relatos inspiradores desses tantos outros novos possíveis que são construídos a cada dia.

## Referências

- ADAMS, C. (2000) As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem disciplinar. *Revista de Antropologia*. São Paulo. USP. . v. 43 nº1. BRASIL, Lei 9.985/2000, 18 de julho de 2000. Dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Brasília, DF. Constituição Federal.
- CAVALIERI, L. (2003) *A comunidade caiçara no processo de reclassificação da Reserva Ecológica da Juatinga*. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, USP.
- CRUZ, V.C . (2024) Carlos Walter Porto-Gonçalves e as Geo-grafias desse os de baixo. *Revista Trabalho Necessário*, 22(47). <https://doi.org/10.22409/tn.v21i47.61703>
- CRUZ, V. C. (2011) *Lutas sociais, (re)configurações identitárias e estratégias de reapropriação social do território na Amazônia*. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- CRUZ, V. C e OLIVEIRA, D. A. (org.) (2017) *Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- DA SILVA, A. D. F. (2020) *Território, tensões e conflitos: a resistência territorial dos caiçaras da Praia do Sono em Paraty (RJ)*. Dissertação de Mestrado em Educação e Humanidades. UERJ. São Gonçalo.
- DE SOUZA, V. M. e LOUREIRO, C. F. B. (2015) A educação formal enquanto estratégia de luta dos povos caiçaras da Península da Juatinga, Paraty/RJ. *Cadernos De Educação*, (51). <https://doi.org/10.15210/caduc.v0i51.6244>
- FARO, A. R. (2021) *Organização comunitária e a produção do comum: potências e contradições na comunidade caiçara da Praia do Sono*. 244 p. Tese de doutorado em Geografia. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro.
- FEITOSA, A. e SILVA, Iby M. (2015) Conflitos por terra e repressão no campo na região da Costa Verde, Litoral Sul Fluminense. In: MEDEIROS, L. S. et. al. *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946- 1988)* [Relatório Final]. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- HAESBAERT, R. (2021) *Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na « América Latina »*. Buenos Aires: CLACSO.
- \_\_\_\_\_ (2014) *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- \_\_\_\_\_ (2007a) Território e Multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*. Rio de Janeiro, ano 11, n. 17, p. 19-44, mar. 2007a.
- \_\_\_\_\_ (2004) O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- HARVEY, D. (2012) O espaço como palavra-chave. *GEOgraphia*, 14(28), 8-39.
- Hurtado, L. M., & Porto-Gonçalves, C. W. (2022). RESISTIR Y RE-EXISTIR. *GEOgraphia*, 24(53).
- MARINHO, R. S.. (2021) A produção capitalista do espaço e as tensões dela resultantes para os habitantes da Praia do Sono, em Paraty/RJ: Resistência e contradições fruto das articulações envolvendo o Covid-19. *GeopUC – Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio* Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, p. 216-246, jul-dez. 2021
- OLIVEIRA, D. A. (2023) Geografias da questão racial na luta política no Brasil. Alguns desafios teóricos e metodológicos. In: FERREIRA, A; RUA, J; LENCIONI, S. *Entre urgências e utopias: múltiplas escalas da ação*. Rio de Janeiro: Consequência. p 513-531
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2001a) *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto
- SANTOS, M. (2006). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. - 4. ed. 2. reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_ (1988). *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec.
- SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. (2015) *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SACK, R. (1986) *Human Territoriality: its theory and history*. Cambridge : Cambridge University Press.
- SOARES, T. M .S. (2019) *Território Caiçara: Diálogos sobre a Criação de Área Protegida de*

Comunidades Tradicionais Caiçaras. Dissertação. Programa de Pós Graduação em Ecoturismo e Conservação do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. UNIRIO. RJ.

### **Documentários**

“Vento Contra”. Adriana Mattoso. Paraty, 1979 Disponível no link: [Vento Contra - YouTube](#)